

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração | |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 1 |
| Balanco patrimonial | 5 |
| Demonstração do resultado | 6 |
| Demonstração do resultado abrangente..... | 7 |
| Demonstração da mutação do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 10 |

Relatório da Administração

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia

A JAN é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados de Minas Gerais e da Bahia, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2015.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kV. A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

| Desempenho Financeiro - R\$ mil | 2022 | 2021 |
|--|---------|---------|
| Receita operacional líquida | 279.693 | 627.427 |
| EBITDA | 267.953 | 456.939 |
| Margem EBITDA | 95,80% | 72,83% |
| Reconciliação do EBITDA | | |
| Lucro líquido do exercício | 113.042 | 206.139 |
| Resultado financeiro | 101.000 | 146.572 |
| Imposto de renda e contribuição social | 53.741 | 104.228 |
| Depreciação | 170 | - |
| EBITDA | 267.953 | 456.939 |

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

| Perfil do endividamento - R\$ mil | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Circulante | 15.312 | 127.370 |
| Não circulante | 994.762 | 864.308 |
| Dívida bruta | 1.010.074 | 991.678 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (101.817) | (90.774) |
| (=) Dívida líquida | 908.257 | 900.904 |
| Dívida líquida/EBITDA | 3,39 | 1,97 |

Dívida líquida - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da Janaúba e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Sistema de Gestão Integrado

A JAN, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$55 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “JAN”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Concessão do serviço público - ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 5 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual, suas respectivas receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Informações comparativas - valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos | | | |
| <i>Ativos circulantes</i> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 101.817 | 90.774 |
| Contas a receber de concessionárias e permissionárias | | 25.479 | 26.561 |
| Ativo de contrato de concessão | 5 | 222.145 | 208.478 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 9.631 | 5.969 |
| Outras contas a receber | | 2.669 | 5.341 |
| Total dos ativos circulantes | | 361.741 | 337.123 |
| <i>Ativos não circulantes</i> | | | |
| Ativo de contrato de concessão | 5 | 2.031.111 | 1.980.553 |
| Contas a receber de concessionárias e permissionárias | | 1.513 | 4 |
| Outras contas a receber | | 131 | 177 |
| Depósitos judiciais | | 2.423 | 2.476 |
| Direito de uso | | 68 | - |
| Imobilizado | | 23 | - |
| Total dos ativos não circulantes | | 2.035.269 | 1.983.210 |
| Total dos ativos | | 2.397.010 | 2.320.333 |
| Passivos | | | |
| <i>Passivos circulantes</i> | | | |
| Fornecedores | 10 | 32.483 | 61.653 |
| Debêntures | 11 | 15.312 | 127.370 |
| Passivo de arrendamento | | 70 | |
| Impostos e contribuições sociais correntes | 6 | 2.546 | 4.875 |
| Taxas regulamentares | | 1.287 | 660 |
| Dividendos a pagar | 9 | 25.788 | 357.375 |
| Outras contas a pagar | | 1.768 | 3.365 |
| Total dos passivos circulantes | | 79.254 | 555.298 |
| <i>Passivos não circulantes</i> | | | |
| Debêntures | 11 | 994.762 | 864.308 |
| Impostos e contribuições diferidos | 7 | 336.664 | 284.457 |
| Tributos diferidos | 8 | 207.204 | 201.372 |
| Provisão para contingências | 12 | 4.898 | 4.497 |
| Fornecedores | | 17.263 | 16.506 |
| Outras contas a pagar | | 5.382 | 2.924 |
| Total dos passivos não circulantes | | 1.566.173 | 1.374.064 |
| Total dos passivos | | 1.645.427 | 1.929.362 |
| <i>Patrimônio líquido</i> | | | |
| Capital social | | 225.145 | 193.145 |
| Reserva de lucros | | 526.438 | 197.826 |
| Total do patrimônio líquido | 13 | 751.583 | 390.971 |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | | 2.397.010 | 2.320.333 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

| | Nota expli- cativa | 2022 | 2021 |
|---|--------------------------|------------------|------------------|
| Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção E outras, líquidas | | 70.137 | 593.876 |
| Remuneração do ativo contrato de concessão | | 209.556 | 33.551 |
| Receita operacional líquida | 18 | 279.693 | 627.427 |
| <i>Custos operacionais</i> | | | |
| Pessoal | | (3.987) | (1.117) |
| Material | | (206) | (166.545) |
| Serviços de terceiros | | (1.910) | (513) |
| Depreciação e amortização | | (170) | - |
| Outros custos operacionais | | (432) | (69) |
| Custos operacionais | 19 | (6.705) | (168.244) |
| Lucro Bruto | | 272.988 | 459.183 |
| <i>Despesas gerais e administrativas</i> | | | |
| Pessoal | | (3.363) | (1.420) |
| Serviços de terceiros | | (1.273) | (843) |
| Outras despesas operacionais | | (569) | 19 |
| Despesas operacionais | 19 | (5.205) | (2.244) |
| Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições | | 267.783 | 456.939 |
| Receitas financeiras | | 12.974 | 3.210 |
| Despesas financeiras | | (113.974) | (149.782) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | 20 | (101.000) | (146.572) |
| Lucro antes dos impostos e contribuições | | 166.783 | 310.367 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (52.207) | (104.228) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 14 | (1.534) | - |
| Lucro líquido do exercício | | 113.042 | 206.139 |
| Lucro por ação | | | |
| Ação ordinária - básico e diluído (em R\$) | 17 | 0,50209 | 1,06728 |
| Ação preferencial - básico e diluído (em R\$) | 17 | 0,50209 | 1,06728 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

Lucro líquido do exercício

Outros resultados abrangentes

Resultado abrangente total do exercício

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|----------------|----------------|
| | <u>113.042</u> | <u>206.139</u> |
| | - | - |
| | <u>113.042</u> | <u>206.139</u> |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de lucros | | | Lucros a realizar | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Total |
|--|------------------|----------------|--------------------|---------------|--------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|-------|
| | | | Legal | Especial | Reserva Incentivo Fiscal | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 40.645 | 3.155 | 37.490 | - | 209.356 | - | 290.646 | |
| Aumento de capital | | 152.500 | - | - | - | - | - | 152.500 | |
| Aprovação dos dividendos adicionais | | - | - | - | - | (209.356) | - | (209.356) | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 206.139 | 206.139 | |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | 10.307 | - | - | - | (10.307) | - | |
| Reserva de lucros a realizar | | - | - | - | 146.874 | - | (146.874) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | - | (48.958) | (48.958) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 13 | 193.145 | 13.462 | 37.490 | - | 146.874 | - | 390.971 | |
| Aumento de capital | | 32.000 | - | - | - | - | - | 32.000 | |
| Transferência entre reservas de lucro | | - | - | (37.490) | - | 37.490 | - | - | |
| Transferência de dividendos declarados para reserva de lucros a realizar | | - | - | - | 241.358 | - | - | 241.358 | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 113.042 | 113.042 | |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | | - | 5.652 | - | - | - | (5.652) | - | |
| Reserva de lucros a realizar | | - | - | - | 77.364 | - | (77.364) | - | |
| Reserva incentivo fiscal | | - | - | - | 4.238 | - | (4.238) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | - | (25.788) | (25.788) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 13 | 225.145 | 19.114 | - | 4.238 | 503.086 | - | 751.583 | |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

| | Nota expli- cativa | 2022 | 2021 |
|---|--------------------------|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 113.042 | 206.139 |
| Itens do resultado que não afetam o caixa: | | | |
| Custo de implementação da infraestrutura | 19 | - | 162.130 |
| Amortização de direito de uso | | 170 | - |
| Provisão fiscais cíveis | 12 | 295 | 1.585 |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | | 109.692 | 144.523 |
| Juros passivo de arrendamento | | 8 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 52.207 | 104.228 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 1.534 | - |
| Tributos diferidos | 18 | 5.832 | 55.589 |
| Remuneração do ativo de contrato de concessão | 5 e 18 | (209.556) | (33.551) |
| Correção monetária do ativo de contrato de concessão | 5 e 18 | (77.772) | (102.321) |
| Receita de atualização monetária de depósitos judiciais | 20 | 5 | 645 |
| Despesa de atualização monetária de contingências | 20 | 303 | (456) |
| Receita de implementação da infraestrutura | 18 | - | (548.167) |
| Provisão para parcela variável | 18 | 5 | 18 |
| | | <u>(4.235)</u> | <u>(9.638)</u> |
| Variações nos ativos e passivos: | | | |
| (Aumento) no saldo de clientes | | (432) | (26.583) |
| Redução no saldo do ativo de contrato de concessão | | 223.102 | 71.033 |
| (Aumento) redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos | | (3.929) | 1.432 |
| Redução (aumento) nas outras contas a receber | | 2.767 | (496) |
| (Redução) no saldo de fornecedores | | (28.413) | (145.431) |
| Aumento no saldo de taxas regulamentares | | 627 | 660 |
| Aumento nas outras contas a pagar | | 665 | 4.494 |
| | | <u>194.387</u> | <u>(94.891)</u> |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 190.152 | (104.529) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (3.597) | - |
| Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 186.555 | (104.529) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Adições no imobilizado e intangível | | (23) | - |
| Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento | | (23) | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de debentures - Principal | 12 | (30.230) | - |
| Pagamento de debentures - Juros | 12 | (61.066) | - |
| Pagamento de dividendos e JCP | | (116.017) | - |
| Pagamento de passivo de arrendamento | | (176) | - |
| Aumento de capital | 13 | 32.000 | 152.500 |
| Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento | | (175.489) | 152.500 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 11.043 | 47.971 |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 4 | 90.774 | 42.803 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 4 | 101.817 | 90.774 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 11.043 | 47.971 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kv.

A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma (CPC 06 – R2) aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 9,74% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre debêntures, arrendamentos financeiros e atualização monetária de contingências.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

• Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.6. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

| Norma | Descrição da alteração |
|---|--|
| IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros | A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. |
| IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos | A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. |
| IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). |

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

| Norma | Descrição da alteração |
|---|--|
| Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual | Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma. |
| Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido | As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. |
| IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade | A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. |

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

| Norma | Descrição da alteração |
|--|---|
| IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50) | A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). |
| Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3) | Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. |
| IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras | As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis. |
| Alterações à IAS 8 | Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis. |
| Alterações à IAS 12 | Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação. |

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Caixa e bancos | 55 | 47 |
| Aplicações financeiras | 101.762 | 90.727 |
| | 101.817 | 90.774 |
| Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| CDB | 101,41% do CDI | 101,09% do CDI |

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. ATIVO DE CONTRATO

| Linha de transmissão | Mutação do ativo de contrato de concessão | | | | |
|--|---|-------------|--------------------|--------------|------------------|
| | 31/12/2021 | Remuneração | Correção monetária | Recebimentos | 31/12/2022 |
| LT 500Kv - Pirapora 2 - Janaúba LT 500Kv - Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2 | 2.189.031 | 209.556 | 77.772 | (223.103) | 2.253.256 |
| Circulante | 208.478 | | | | 222.145 |
| Não circulante | 1.980.553 | | | | 2.031.111 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| Mutação do ativo de contrato de concessão | | | | | | |
|--|------------------|----------------|-------------|--------------------|--------------|------------------|
| Linha de transmissão | 31/12/2020 | Adição (a) | Remuneração | Correção monetária | Recebimentos | 31/12/2021 |
| Linha e subestação LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2 | 1.576.025 | 548.167 | 33.551 | 102.321 | (71.033) | 2.189.031 |
| Circulante | - | | | | | 208.478 |
| Não circulante | 1.576.025 | | | | | 1.980.553 |

(a) As adições referem-se à construção da linha de transmissão:

| Localização | Descrição | Ato Legislativo | RAP | Custo de construção estimado (Capex Aneel) | Previsão de conclusão | REIDI (*) |
|---|---|-----------------------------------|------------|--|-------------------------------------|------------------------------|
| LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba 3, e LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2 | Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas | Contrato Concessão ANEEL 015/2017 | R\$213.631 | R\$959.604 | Energização concluída em 01/09/2021 | ADE da RFB nº 119/2017 (***) |

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

| Ciclo 2022-2023 | | | Ciclo 2021-2022 | | |
|--|--------------------------|--------------|--|--------------------------|--------------|
| Resolução nº 3.067 de 12/07/2022 | | | Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(*) | | |
| Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023 | | | Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022 | | |
| RAP | Parcela de Ajuste | Total | RAP | Parcela de Ajuste | Total |
| 233.767 | (6.678) | 227.089 | 213.631 | - | 213.631 |

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar | 2.537 | 2.268 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03 | 7.073 | 3.213 |
| PIS e COFINS a compensar | 4 | 13 |
| Outros | 17 | 475 |
| Ativo circulante | 9.631 | 5.969 |
| Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | 1.996 | 3.875 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 79 | 103 |
| INSS, FGTS, ISS e ICMS | 471 | 886 |
| Outros | - | 11 |
| Passivo circulante | 2.546 | 4.875 |

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo | 13.017 | 22.412 |
| IRPJ sobre prejuízos fiscais | 55.379 | 45.870 |
| | 68.396 | 68.282 |
| Passivo | | |
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo (*) | (405.060) | (352.739) |
| Efeito líquido no balanço | | |
| Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL - passivo | (336.664) | (284.457) |

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

| Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos | 2023 | 2024 | TOTAL |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Diferenças temporárias | 11.202 | 1.816 | 13.018 |
| Prejuízos fiscais | 27.689 | 27.689 | 55.378 |
| | 38.891 | 29.505 | 68.396 |

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Passivo (*) | 207.204 | 201.372 |

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

9. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP:

a) Ativos e receitas

| Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas | | | | | |
|---|---|---|----------------------------|---|---|
| R E F | Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte | Valor original | Período de vigência | Taxa de juros/ Atualização monetária | Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes |
| Transações com empresas ligadas | | | | | |
| 1 | CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - CEMIG | Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC | Até o término da concessão | N/A | Não Aplicável. |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

| R E F | Contratos e outras transações | Ativo | | Receitas | |
|--|--------------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 2022 | 2021 |
| Transações com empresas ligadas | | | | | |
| | Reembolso de despesas – Ananai | 8 | - | - | - |
| 1 | PSTEL – CEMIG | 1.454 | 1.572 | 13.724 | 4.704 |
| | | 1.462 | 1.572 | 13.724 | 4.704 |

b) Passivos e despesas

| Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|
| R E F | Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte | Valor original | Período de vigência | Taxa de juros / Atualização monetária | Principais condições de rescisão ou extinção |
| Transações com Controladores | | | | | |
| 1 | OCP x disponibilidades - CCI - Taesa | R\$5 Valor mensal a partir do início da operação | 29/09/2017 até a extinção da concessão | Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA. | Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes. |
| 2 | OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*) | N/A | N/A | Não há taxa de juros e atualização monetária. | Não houve. |
| 3 | OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" - Janaúba | R\$27 Valor mensal | 30/03/2020 a 30/03/2025 | Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA. | O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos. Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo. |
| 4 | OCP x Despesas operacionais - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa | N/A | 01/12/2021 a 01/12/2026 | N/A | O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação com antecedência de 30 dias. |
| 5 | OCP x Despesas operacionais - Serviço de Manutenção e Operação - Taesa | R\$51 valor mensal | 27/08/2021 a 27/08/2026 | Multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de moral de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA. | O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação com antecedência de 30 dias. |
| Transações com empresas ligadas | | | | | |
| 6 | OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Sant'ana (*) | N/A | N/A | Não há taxa de juros e atualização monetária. | Não houve. |
| 7 | OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz | Investimento conforme opção do funcionário | Término indeterminado | Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária. | Não houve. |

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

| R E F | Contratos e outras transações | Passivo | | Custos / Despesas | |
|--|---|------------|--------------|-------------------|------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 2022 | 2021 |
| Transações com a Controladora | | | | | |
| 2 | Reembolso de despesas Janaúba x Taesa | - | 411 | - | - |
| 3 | Backoffice Janaúba x Taesa | - | - | - | 298 |
| 4 | Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa | 307 | 412 | 4.247 | 412 |
| 5 | O&M - Taesa | 54 | 221 | 642 | 221 |
| Transações com Empresas do grupo taesa e empresas Ligadas | | | | | |
| 6 | Reembolso de despesas Janaúba x Sant'ana | 7 | 167 | - | - |
| | Reembolso de despesas Janaúba x Mariana | 7 | - | - | - |
| | Reembolso de despesas Janaúba x Ananai | 56 | - | - | - |
| 7 | Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa | - | - | 85 | 6 |
| | | 431 | 1.211 | 4.974 | 937 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

II – Dividendos a pagar

| Dividendos a pagar | 31/12/2021 | Adição | Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos declarados (*) | Dividendos pagos | 31/12/2022 |
|----------------------------|----------------|--------|---|------------------|---------------|
| Dividendos a pagar à Taesa | 357.375 | 25.788 | (241.358) | (116.017) | 25.788 |

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos adicionais propostos e os dividendos declarados foram movimentados para reserva de lucros a realizar.

| Aprovação de dividendos | 31/12/2020 | Data de aprovação | 31/12/2021 |
|----------------------------|---------------|-------------------|----------------|
| Dividendos a pagar à Taesa | 99.061 | 258.314 | 357.375 |

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. FORNECEDORES

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|---------------|
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros | 32.483 | 61.653 |
| | 32.483 | 61.653 |

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

11. DEBÊNTURES

| Credor | Taxas de juros | Venc. | 2022 | | | | 2021 | | | |
|--|----------------|------------|-------------------|------------------|--------------|------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | Custo a apropriar | Principal | Juros | Total | Custo a apropriar | Principal | Juros | Total |
| 1ª Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a) | IPCA + 4,5% | 15/07/2033 | (7.941) | 251.089 | 5.184 | 248.332 | (9.506) | 267.095 | 35.741 | 293.330 |
| 2ª Emissão - Série única (b) (BTG/Itaú) | IPCA + 4,8295% | 15/12/2044 | (30.318) | 790.283 | 1.777 | 761.742 | (32.792) | 664.826 | 66.314 | 698.348 |
| | | | (38.259) | 1.041.372 | 6.961 | 1.010.074 | (42.298) | 931.921 | 102.055 | 991.678 |
| Circulante | | | | | | 15.312 | | | | 127.370 |
| Não circulante | | | | | | 994.762 | | | | 864.308 |

(a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.

(b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|----------------|
| Saldo inicial | 991.678 | 846.959 |
| (+) Reversão de custo de transação | - | 196 |
| (+) Juros e variação monetária incorridos | 105.652 | 140.433 |
| (-) Pagamento de principal | (30.230) | - |
| (-) Pagamento de juros | (61.066) | - |
| (+) Amortização do custo de captação | 4.040 | 4.090 |
| Saldo final | 1.010.074 | 991.678 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| Parcelas vencíveis por indexador | Circulante | Não circulante | | | | Sub total | Total |
|-----------------------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|------------------|
| | | 2024 | 2025 | 2026 | Após 2026 | | |
| IPCA - 1ª emissão | 17.435 | 16.242 | 17.687 | 19.804 | 185.106 | 238.839 | 256.274 |
| IPCA - 2ª emissão | 1.776 | - | 8.394 | 17.595 | 764.294 | 790.283 | 792.059 |
| (-) Custos de emissão a amortizar | (3.899) | (3.759) | (3.600) | (3.346) | (23.655) | (34.360) | (38.259) |
| | 15.312 | 12.483 | 22.481 | 34.053 | 925.745 | 994.762 | 1.010.074 |

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas. todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

12. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, e trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, no valor atualizado de R\$2.410.

| | 31/12/2021 | Adições | Reversões | Atualização | Servidões (*) | Baixa | 31/12/2022 |
|--------------|--------------|------------|-------------|-------------|---------------|-------------|--------------|
| Trabalhistas | - | 12 | - | - | - | (12) | - |
| Cíveis | 4.497 | 308 | (25) | 303 | (185) | - | 4.898 |
| | 4.497 | 320 | (25) | 303 | (185) | (12) | 4.898 |

(*) Refere-se basicamente à redução de provisão por decisão judicial de levantamento de depósito pela contraparte relacionado à servidão administrativa.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$4.624 (R\$700 em dezembro de 2021), sendo R\$364 referentes a contingências cíveis, R\$714 a contingências trabalhistas e R\$3.546 a contingências tributárias (R\$83 contingências cíveis, R\$403 contingências trabalhistas e R\$214 contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários relativos á discussão quanto a exigência de ICMS no estado da Bahia, totalizando o valor atualizado de R\$3.303, em 31 de dezembro de 2022.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente integralizado era de R\$225.145, representado por 225.145.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$193.145 representado por 193.145.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| Data | Evento | Capital integralizado em 2022 |
|-------------|--------------------|--------------------------------------|
| 21/09/2022 | Aumento de capital | 32.000 |
| | | 32.000 |

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social, (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado da Bahia, e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

| Proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício | 31/12/2022 | 31/12/2021 (*) |
|--|-------------------|-----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 113.042 | 206.139 |
| - Reserva legal | (5.652) | (10.307) |
| - Dividendos mínimos obrigatórios | (25.788) | (48.958) |
| - Reserva de incentivo fiscal | (4.238) | - |
| - Reserva de lucros a realizar | (77.364) | (146.874) |

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos adicionais propostos e os dividendos declarados foram movimentados para reserva de lucros a realizar.

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|------------------|
| Imposto de renda | (38.394) | (76.632) |
| Contribuição social | (13.813) | (27.596) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (52.207) | (104.228) |

15. COBERTURAS DE SEGUROS

| Tipo de Seguro | Seguradora | Vigência | Limite Máximo de Indenização | Danos Materiais - Valor em risco | Prêmio |
|---|-------------------|-------------------------|-------------------------------------|---|---------------|
| Responsabilidade civil geral | Fator | 20/09/2022 a 19/09/2023 | 10.000 | - | 5 |
| Risco operacional | Mapfre | 01/12/2022 a 01/06/2024 | - | 81.537 | - |
| Responsabilidade civil de diretores e administradores | Ezze | 19/09/2022 a 18/09/2023 | 60.000 | - | 8 |

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures deduzido pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos financeiros | | |
| Valor justo por meio do resultado: | | |
| - Equivalentes de caixa – aplicações financeiras | 101.762 | 90.727 |
| Custo amortizado: | | |
| - Caixa e Bancos | 55 | 47 |
| - Contas a receber de concessionárias e permissionárias | 26.992 | 26.565 |
| | 128.809 | 117.339 |
| Passivos financeiros | | |
| Outros passivos financeiros ao custo amortizado: | | |
| - Fornecedores | 32.483 | 61.653 |
| - Debêntures | 1.010.074 | 991.678 |
| - Rateio de antecipação e parcela de ajuste | 5.380 | 2.922 |
| | 1.047.937 | 1.056.253 |

16.4. Risco de mercado

16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

| Índices | 31/12/2022 | Cenário provável em 31/12/2023 |
|---------|------------|--------------------------------|
| CDI | 12,39% | 12,75% |
| IPCA | 5,78% | 5,90% |

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

| Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos | 31/12/2022 | Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução) |
|---|------------|--|
| Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI | 101.762 | 366 |
| Passivos Financeiros – Debêntures – IPCA | 1.048.333 | 15.463 |
| | | 15.829 |

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, ou emissão de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui debêntures que contêm cláusulas restritivas (“covenants”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento. A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

| Financiamentos | Até 1 mês | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|-------------------|---------------|--------------------|---------------|----------------|------------------|
| Pós-fixada | 11.789 | 51.314 | 293.984 | 2.992.123 | 3.349.210 |

16.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

| Ativos financeiros | Nota explicativa | 31/12/2022 | 31/12/2021 | Hierarquia do valor justo |
|---------------------------|------------------|------------|------------|---------------------------|
| <u>Ativos financeiros</u> | | | | |
| Equivalentes de caixa | 4 | 101.762 | 90.727 | Nível 2 |

16.8.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

| | Nota explicativa | 31/12/2022 Valor contábil | Valor justo | 31/12/2021 Valor contábil | Valor justo | Hierarquia do valor justo |
|-----------------------------------|------------------|------------------------------|-------------|------------------------------|-------------|---------------------------|
| Debêntures - Passivos financeiros | 11 | 1.010.075 | 816.577 | 991.678 | 931.819 | Nível 2 |

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. LUCRO POR AÇÃO

| | 2022 | 2021 |
|---|-------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício | 113.042 | 206.139 |
| Quantidade de ações ordinárias | 225.145 | 193.145 |
| Lucro por ação ordinária – básico e diluído | 0,50209 | 1,06728 |

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| Composição da receita operacional líquida | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Remuneração do ativo de contrato de concessão | 209.556 | 33.551 |
| Correção monetária do ativo de contrato de concessão | 77.772 | 102.321 |
| Receita de implementação da infraestrutura | - | 548.167 |
| Operação e manutenção | 23.398 | 7.436 |
| Parcela variável (a) | (554) | (18) |
| Outras receitas operacionais | 1.304 | - |
| Receita operacional bruta | 311.476 | 691.457 |
| PIS e COFINS correntes | (23.110) | (7.529) |
| PIS e COFINS diferidos | (5.832) | (55.589) |
| Encargos setoriais (b) | (2.841) | (912) |
| Deduções da receita | (31.783) | (64.030) |
| Receita operacional líquida | 279.693 | 627.427 |

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

| Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL | 2022 | 2021 |
|--|----------------|---------------|
| Receita operacional bruta | 311.476 | 691.457 |
| (+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa | (120.629) | (636.232) |
| Receita operacional bruta tributável | 190.847 | 55.225 |

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|------------------|
| - Remuneração direta | (5.554) | (709) |
| - Benefícios | (882) | (1.577) |
| - FGTS e INSS | (914) | (251) |
| Pessoal | (7.350) | (2.537) |
| - Custo de implementação da infraestrutura | - | (162.130) |
| - O&M | (101) | (4.361) |
| - Outros | (105) | (54) |
| Materiais | (206) | (166.545) |
| Serviços de terceiros | (3.183) | (1.356) |
| Depreciação e amortização | (170) | - |
| - Outros custos e despesas operacionais | (1.001) | (50) |
| Outros custos operacionais | (1.001) | (50) |
| Total custos e despesas | (11.910) | (170.488) |

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais utilizados na implementação da infraestrutura de transmissão.

Despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação auditoria, contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com seguros, material de consumo, impostos contribuições e taxas, aluguéis e condomínios.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Renda de aplicação financeira | 12.979 | 2.754 |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | (5) | 456 |
| Receitas financeiras | 12.974 | 3.210 |
| Encargos financeiros - Debêntures | (109.692) | (144.523) |
| Juros de arrendamento | (8) | - |
| Atualização monetária de contingências | (303) | (645) |
| Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas | (3.971) | (4.614) |
| Despesas Financeiras | (113.974) | (149.782) |
| | (101.000) | (146.572) |

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2022, 83,33% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (64,28% em 31 de dezembro de 2021).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

| Licença ambiental | | | | |
|--|------------------------|-----------------|--------------------|---------------|
| Trecho | Licença de Operação nº | Data de emissão | Data de vencimento | Órgão emissor |
| LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2 | 1623/2021 | 31/08/2021 | 31/08/2031 | IBAMA |

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN – Em 16 de janeiro de 2023, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$11.805, sendo R\$5.654 de juros e R\$6.151 de principal.

Pagamento de dividendos – Em 15 de março de 2023, a Companhia pagou o montante de R\$74.000 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros a realizar, aprovados na AGE de 17 de fevereiro 2023.

| Diretoria | |
|------------------------------|--------------------------------|
| Nome | Cargo |
| André Augusto Telles Moreira | Diretor Presidente |
| Vago | Diretor Financeiro |
| Marco Antônio Resende Faria | Diretor Técnico |
| Marco Antônio Resende Faria | Diretor Jurídico e Regulatório |
| Fábio Antunes Fernandes | Diretor de Negócios |
| Luis Alessandro Alves | Diretor de Implantação |

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49